



A inclusão do médico veterinário na atenção básica à saúde da família

Aldcejam Martins da Fonseca Junior¹Aldilane Gonçalves da Fonseca²

¹Graduando em Medicina Veterinária – IFPB/Campus Sousa – E-mail: aldcejamjunior@hotmail.com

²Farmacêutica, Mestranda – PPGCF/UFRN – E-mail: aldilane Fonseca@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de despertar a discussão da importância do Médico Veterinário atuante na atenção básica à saúde da família e implantar os alicerces para a construção de uma plataforma de ação para este profissional, integrando seus conhecimentos aos demais componentes da equipe multiprofissional que trabalha no objetivo comum de proporcionar condições de saúde na mais completa significância da palavra. A partir da inclusão do médico veterinário nas equipes dos NASFs, depreende-se a necessidade de serem trabalhadas estratégias de ação que integrem a atuação deste profissional às atividades já desenvolvidas por outros profissionais já constantes nas equipes. Neste momento, é fundamental um intenso trabalho de divulgação e estímulo do papel do médico veterinário na Saúde Pública, para gestores públicos da área, bem como para as comunidades envolvidas, paralelamente trabalhando-se numa reforma curricular na formação de novos profissionais e reforçando o conceito da saúde ambiental para a geração da qualidade de vida das populações.

Palavras-chave: NASFs, saúde coletiva, saúde da família, saúde pública veterinária

1. INTRODUÇÃO

Caracteriza-se Atenção Básica à Saúde, como um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que envolve a promoção e a proteção da saúde em todas as suas vertentes e com observância a todos os seus determinantes e condicionantes, desenvolvendo-se a partir de planos de ação participativa que atendam às necessidades e se encaixem nos perfis das populações atendidas dentro da dinâmica das práticas sanitárias conforme a Portaria 2488 de 21/10/2011. Brasil (2011).

Para tanto, torna-se cada vez mais necessária uma maior integração entre os profissionais de saúde, com a finalidade de compor uma equipe multiprofissional que trabalhe numa perspectiva holística em relação às relações de saúde na sociedade contemporânea. É neste cenário que o médico veterinário adentra com a aplicação dos seus conhecimentos em benefício do homem.

Embora o Médico Veterinário exerça atividades inerentes à sua profissão, a sua ampla formação nas ciências biomédicas, o qualifica para desempenhar papéis adicionais na Saúde Pública, que são comuns aos médicos e a outros membros da equipe, como: epidemiologia geral, atuação em laboratório de Saúde Pública, produção e controle de produtos biológicos, proteção dos alimentos, avaliação e controle de medicamentos e saneamento ambiental (Pfuetzenreiter; Zylbersztajn; Avila-Pires, 2004).

A entrada destes profissionais no campo da prevenção e controle das doenças transmissíveis a humanos e nos serviços de Saúde Pública em geral foi possível não só pelo reconhecimento de que eles possuem conhecimentos e habilidades em medicina populacional, mas também pela importância que as zoonoses têm no campo das doenças transmissíveis, chegando a totalizar 80% destas em humanos (OPS, 1975).

Uma considerável parcela da população não possui conhecimento sobre a importância da Medicina Veterinária ou de seu papel na sociedade. A atuação nas clínicas médica e cirúrgica de pequenos e grandes animais são áreas de atuação exclusiva do médico veterinário, sendo as mais associadas a este profissional e fazendo com que grande parte das pessoas o considere apenas como o



“médico dos animais” (Menezes, 2005). Outro fator que limita a valorização deste profissional é o fato de os próprios veterinários não saberem a importância que eles têm na sociedade.

Apesar da histórica contribuição da Medicina Veterinária no campo da saúde pública, apenas a partir de 2011 o médico veterinário recebe o aval legal para compor as equipes dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), institucionalizadas pelo Ministério da Saúde e geridas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A publicação da Portaria 2488 de 21 de outubro de 2011 aprova a Política Nacional de Atenção Básica para o SUS, e inclui a Medicina Veterinária no NASF, fazendo justiça a uma classe profissional que trabalha em prol da Saúde Pública Brasileira há muitos anos.

A partir da inclusão do médico veterinário nas equipes dos NASFs, depreende-se a necessidade de serem trabalhadas estratégias de ação que integrem a atuação deste profissional às atividades já desenvolvidas por outros profissionais já constantes nas equipes.

Este trabalho tem o objetivo de despertar a discussão da importância do Médico Veterinário atuante na atenção básica à saúde da família e implantar os alicerces para a construção de uma plataforma de ação para este profissional, integrando seus conhecimentos aos demais componentes da equipe multiprofissional que trabalha no objetivo comum de proporcionar condições de saúde na mais completa significância da palavra.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A efetiva participação do médico veterinário nas equipes dos NASFs encontra-se fundamentada a partir do conceito da Saúde Pública Veterinária que, segundo a Organização Mundial da Saúde (1957) é a vertente da Saúde Pública inerente aos profissionais da medicina veterinária, na qual os conhecimentos específicos desta ciência são aplicados em benefício da saúde das populações humanas. O conceito valoriza-se quando se considera que aproximadamente 75% das doenças emergentes e reemergentes são de origem animal, incluindo as zoonoses (CFMV, 2009).

As habilidades e atribuições próprias da profissão, fazem com que exista um elo entre a saúde humana e os demais fatores que a cercam, levando em consideração a vulnerabilidade da saúde humana atrelada às condições sociais e econômicas, ao passo que a promoção desta saúde estabelece um resgate social das populações. As aptidões comuns aos profissionais de Medicina Veterinária permitem que estes também desempenhem atividades mais abrangentes, como a administração, o planejamento e a coordenação de programas de Saúde Pública em nível nacional, estadual ou municipal. (Fonseca Junior; Figueiredo; Rocha; 2011).

A proposta de atenção básica a saúde da família deixa clara a intenção de permear todas as entrelinhas que compõem o conceito de saúde. Para tanto, o profissional médico veterinário se faz indispensável no conjunto de profissões que formam a categoria dos profissionais em saúde, pois possui aptidão legal para atuar em áreas afins na saúde das populações humanas, tais como epidemiologia, sanidade alimentar e controle de zoonoses.

Outro ponto decisivo a ser considerado diz respeito ao papel da responsabilidade ambiental entregue ao médico veterinário que deve agir na conscientização da sociedade em relação à forma com que esta trata o meio em que vive, influenciando nas condições sanitárias do ambiente e podendo potencializar os riscos da aquisição de doenças. Independente de classe social, a ocupação e o manejo desorganizado dos espaços, têm sido responsável pela imposição do contato com animais sinantrópicos e silvestres e conseqüentemente pelo crescimento da ocorrência de doenças zoonóticas das mais variadas veiculações, que apresentam grande importância em saúde pública como a dengue, leishmaniose e doença de Chagas.

Na atualidade, a prática deste profissional no campo da saúde ambiental vem sendo cada vez mais necessária, ao passo que, a busca pelo desenvolvimento sustentável esbarra no estabelecimento da saúde das populações, incumbindo assim o médico veterinário de agir nas questões epidemiológicas, de vigilância sanitária e ambiental, como nos demais desafios que envolvam a defesa do ambiente para o bem-estar das populações humanas e animais (Fonseca Junior; Figueiredo, 2012).

Ainda na perspectiva da Saúde Ambiental, uma estratégia de atenção básica que atenda de forma coerente às famílias, deve estar pautada na ideia de sustentabilidade, levando os sujeitos



familiares a compreenderem a relação que esta tem com a saúde e, sobretudo como esta sustentabilidade pode ser trabalhada em relação ao organismo do indivíduo, estabelecendo uma conexão com o equilíbrio homeostático e reforçando os cuidados que devem ser tomados em relação à produção, conservação, comercialização, transporte, armazenamento e higienização dos alimentos de origem animal e seus derivados, efetivando o papel do médico veterinário nesta área de conhecimento.

A Educação em Saúde é uma atividade importante que pode ser desenvolvida pelo Médico Veterinário e deve ser ressaltada dentro do campo da saúde pública. Este profissional pode atuar na difusão de informações e na conscientização das pessoas através de programas que envolvam a proteção e promoção da saúde humana em comunidades dentro dos princípios da sustentabilidade (Pfuetzenreiter et al, 2004).

O médico veterinário é peça fundamental no controle de doenças e na manipulação de fatores ambientais que se articulam com a vida das pessoas, incluindo os domicílios. Assim, por óbvio que possa parecer, é necessário que os médicos veterinários possam se aproximar, cada vez mais, das pessoas, de seus domicílios e dos territórios nos quais se inserem a vida das famílias, seus animais e outros atores e composições ambientais. Desta forma, imagina-se que se possa assegurar à população, uma atenção básica domiciliar resultante de permanente vigilância. Para isto, espera-se que todas as profissões que venham a compor os NASFs possam vir a estar pedagogicamente capacitadas, e que possam exercer um papel educativo constante junto às famílias (CFMV, 2009).

3. DISCUSSÕES

Trabalhando na perspectiva da descentralização no âmbito das Redes de Assistência à Saúde, a portaria 2488 de 21 de outubro de 2011, inclui o médico veterinário na composição das equipes dos NASFs, um passo positivo inquestionável para a classe médico-veterinária e sobretudo, para a sociedade. De toda forma, para a real participação deste profissional nas equipes de atenção básica, e a efetivação da proposta de atender às necessidades sócio epidemiológicas das populações cobertas pelo sistema, se faz necessário um comprometimento de todas as esferas do poder público de uma maneira cada vez mais municipalizada e politicamente independente.

As RAS (Redes de Assistência à Saúde) constituem-se em arranjos organizativos formados por ações e serviços de saúde com diferentes configurações tecnológicas e missões assistenciais, articulados de forma complementar e com base territorial, e têm diversos atributos, entre eles destaca-se: a atenção básica estruturada como primeiro ponto de atenção e principal porta de entrada do sistema, constituída de equipe multidisciplinar que cobre toda a população, integrando, coordenando o cuidado, e atendendo as suas necessidades de saúde (Brasil, 2011).

Como não há garantia, apenas permissão da inclusão do médico veterinário nas equipes multidisciplinares, para que a portaria não caia no descrédito de parecer apenas uma manobra política, neste momento, é fundamental um intenso trabalho de divulgação e estímulo do papel do médico veterinário na Saúde Pública, para gestores públicos da área, bem como para as comunidades envolvidas. Várias entidades têm o dever de participar deste processo, como o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) e seus capilares através do sistema de conselhos regionais, sindicatos e associações de classe, conselhos municipais de saúde e a sociedade civil composta por cidadãos conscientes do direito universal à saúde.

No âmbito da vigilância em saúde, como movimento de sua consolidação é relevante citar a criação em 1990 do Centro Nacional de Epidemiologia e em 2003 a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) pelo decreto nº 4.726, de 09 de junho de 2003. Com sua criação todas as ações de vigilância, prevenção e controle de doenças, além da promoção em saúde, passaram a estar reunidas numa única estrutura do Ministério da Saúde, responsável por todas as ações nacionais, executadas pelo SUS nas áreas de vigilância epidemiológica de doenças transmissíveis e não transmissíveis, dos programas de



prevenção e controle de doenças, de vigilância em saúde ambiental, informações epidemiológicas e análise da situação da saúde. A SVS tem grande importância para a saúde pública veterinária, pois é nela que se encontram inseridas as medidas de prevenção, notificação e controle de zoonoses (GUIMARÃES et al., 2010).

Diante do exposto, fica nítido que todos os mecanismos capazes de contribuir para um funcionamento cabal do Sistema Único de Saúde, devem ser estimulados e devidamente valorizados desde seus dirigentes até os executores das profissões, de forma a incentivar a sociedade a dar legítima consideração e respeito ao serviço público.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vislumbrando uma realidade a curto prazo, pretende-se conceber um novo olhar à medicina veterinária, na expectativa da construção de novos paradigmas profissionais, a partir dos quais todo panorama de formação do médico veterinário seja revisto e pautado na transversalidade da ciência veterinária.

Todavia, o trabalho se mostra árduo, partindo desde uma importante reforma das grades curriculares dos cursos de medicina veterinária no Brasil, dando merecida atenção às disciplinas da área de saúde pública e a forma como estas devem ser trabalhadas no processo de ensino aprendizagem, até o auto reconhecimento por parte do profissional médico veterinário, que se reveste de uma nova responsabilidade perante a sociedade, de ser sujeito ativo por excelência nas práticas de ação para a saúde coletiva.

Esta nova realidade projeta-se a partir do entendimento da importância da sustentabilidade para o bem estar dos seres humanos e a geração da qualidade de vida na convivência entre humanos e demais animais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Estado da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de Diretrizes e Normas para a Organização de Atenção Básica, para estratégia Saúde Família e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde. Portaria 2488 de 21/10/2011.DOU Seção 1, número 204, P.48-55, 2011.

BRASIL, Portaria nº 154 , de 24 de janeiro de 2008. Cria os Núcleos de Apoio À Saúde da Família – NASF. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, n. 43, 04, 2008.

CNSPV/CFMV – Comissão Nacional de Saúde Pública Veterinário do Conselho Federal de Medicina Veterinária. O Médico Veterinário, a Estratégia de Saúde da Família e o Nasf. Revista CFMV, N. 48, p. 9-14,2009.

COSTA. H. X. A importância do médico veterinário no contexto de saúde pública. PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA ANIMAL – UFG, Goiânia, 2011

FONSECA JUNIOR, A. M; FIGUEIREDO, S. C. Abordagem curricular da saúde ambiental nos cursos de medicina veterinária Do estado da Paraíba. In Anais do II FMEPT, Florianópolis, 2012.

FONSECA JUNIOR, A. M; FIGUEIREDO, S. C. e ROCHA, V. C. F. Diagnóstico das ações de Saúde Pública veterinária no município de São Rafael – RN. In Anais do VI CONNEPI, Natal-RN,2011.



GUIMARÃES, F.F.; BAPTISTA, A.A.S.; GUSTAVO PUGLIA MACHADO, G.M.; LANGONI, H. Ações da vigilância epidemiológica e sanitária nos programas de controle de zoonoses. *Vet. e Zootec.* 17(2), p.151-162, Jun 2010.

MÂNGIA, E. F.; LANCMAN. S. Núcleos de Apoio à Saúde da Família: integralidade e trabalho em equipe multiprofissional. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v. 19, n. 2, p. i, maio/ago. 2008.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. A competency-based curriculum for veterinary public health and preventive medicine. Washington: Paho/WHO, 1975. 115p. (Publicación Científica 313).

PFUETZENREITER, M. R.; ZYLBERSZTAJN, A.; AVILA-PIRES, F. D. Evolução histórica da Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Pública. *Ciência Rural*, Santa Maria-RS, v.34, n.5, p. 1661-1668; set-out, 2004.

POSSAMAI, M. H. P. O papel do médico veterinário na educação e formação na vigilância ambiental em saúde. *Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)*, Número Monográfico, Octubre, 2011, 59-73.